

CONGRESSO DEVE TAXAR INATIVOS

Denise Rothenburg

Da equipe do **Correio**

Foi uma reunião para mostrar ao mundo que, agora, vai. De pé, frente a câmeras de TV e dezenas de jornalistas brasileiros e estrangeiros, os presidentes do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), e da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), prometeram ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao seu vice Marco Maciel que, desta vez, farão tudo para que a contribuição dos inativos se transforme em lei ainda na convocação extraordinária.

As declarações mais enfáticas foram do próprio presidente da República e de Antonio Carlos. Na entrevista que concedeu logo depois de anunciar oficialmente a necessidade da contribuição dos inativos, Fernando Henrique disse que o problema dos cofres públicos está na previdência.

“Nosso problema está no gasto compulsório da Previdência. Custa ao país R\$ 21 bilhões, dos quais R\$ 19 bilhões saem do governo. É justo, repito, é justo que se faça com cautela e se cobre daqueles que são beneficiários, que eles contribuam para resolver a crise”.

O fato de a proposta ter sido derrotada quatro vezes não mudou a posição do presidente. “Tem que se insistir nas coisas quando se está convicto”, respondeu Fernando Henrique, com apoio total do senador. A matéria, votada quarta-feira na Câmara, poderá ser apreciada no Senado ainda na convocação extraordinária. “Estamos dispostos a trabalhar todos os fins de semana, contanto que possamos dar a tranquilidade para o país, ao povo e aos investidores estrangeiros de que estamos agindo com a seriedade que o momento exige”, disse Antonio Carlos.

Temer disse que, se possível, o projeto de cobrança dos inativos seria aprovado na quarta-feira e defendeu a rápida regulamentação da reforma administrativa, um assunto que já estava na pauta e não é tão polêmico. Tinha suas razões ao não ser tão enfático quanto Antonio Carlos. É que todos os problemas do governo para tentar instituir a contribuição dos inativos ocorreram na Câmara — ali há cerca de 120 deputados aposentados do serviço público e lobby dos magistrados, que já começaram uma mobilização contra a proposta.